

RECLAMAÇÃO Nº 39.330 - SP (2019/0346151-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECLAMANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : MILTON JORGE CASSEB - SP027965
MAURÍCIO JOSÉ JANUÁRIO - SP158027
RENATA NICOLETTI MORENO MARTINS - SP160501
RECLAMADO : NÃO INDICADO
INTERES. : DAIANE ALVES CORREIA GARCIA
ADVOGADO : FABRICIO GOVEA DA SILVA - SP341012

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. CPC/2015. HIPÓTESES DE CABIMENTO: PRESERVAÇÃO DE COMPETÊNCIA OU DESRESPEITO À AUTORIDADE DE DECISÃO ESPECÍFICA DESTA CORTE. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de reclamação apresentada por BANCO SAFRA S A contra acórdão da 17ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, que negou provimento à apelação interposta em face de sentença proferida em ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais.

Em suas razões, a reclamante alega que *"... ao não ser sopesado devidamente a petição e documentos de fls. 107/111 ocorreu contrariedade a dispositivos da Lei Federal, especialmente aos arts. 188, I do Novo Código Civil e art. 14, § 3º, inciso II da Lei nº. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), artigo 40 do Código de Processo Penal além do art. 437 § 1º do Novo Código de Processo Civil"* (e-STJ, fl. 06).

É o breve relatório.

Decido.

Com fundamento na orientação da Súmula 568/STJ, procedo ao julgamento monocrático da reclamação, tendo em vista a sua manifesta inadmissibilidade.

Nos termos do que dispõe os arts. 105, I, *f*, da Constituição Federal e 187 do RISTJ, *"a reclamação, em razão de sua natureza incidental e excepcional, destina-se a preservação da competência e garantia da autoridade dos julgados somente quando objetivamente violados, não podendo servir como sucedâneo recursal para discutir o teor da decisão hostilizada"* (AgRg na Rcl 6.199/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 19/12/2011).

Nesse mesmo sentido, os seguintes julgados: AgRg na PET na Rcl 9.615/MG (Rel. Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, DJe de 12/06/2013) e AgRg na Rcl 10.126/SP (Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/04/2013).

O Código de Processo Civil de 2015, por sua vez, ao regulamentar o instituto, explicita o seu cabimento nas seguintes hipóteses:

Art. 988. *Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:*

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; (Redação dada pela Lei 13.256, de 2016)

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (Redação dada pela Lei 13.256, de 2016)

No entanto, a disposição do § 5º do mesmo artigo, com a redação dada pela Lei 13.256/16, ressalva o cabimento no caso da propositura após o trânsito em julgado da decisão reclamada (I) e, naquelas ajuizadas para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias (II).

No caso, pretende-se com a reclamação, a reforma de acórdão proferido pela 17ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, que negou provimento à apelação da ora reclamante, de modo que não se verifica quaisquer das hipóteses de cabimento da reclamação.

Superior Tribunal de Justiça

Há que se considerar, conforme denuncia a própria reclamante, que houve a interposição de recurso especial e agravo (AREsp 1.472.903/SP) contra o acórdão reclamado, o qual já fora denegado, o que revela a utilização da reclamação como sucedâneo recursal, objetivo vedado pela jurisprudência do STJ (v.g., EDcl na Rcl 6.885/DF, 3ª S., Min. Laurita Vaz, Dje de 21/11/2011).

Ante o exposto, com fundamento no 34, inciso XVIII, do RISTJ, nego seguimento à reclamação.

A apresentação de incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator